

## O DESCONGELAMENTO DOS ESCALÕES PARA OS MILITARES

(20 de Novembro de 2017)



ANS



AOFA



AP

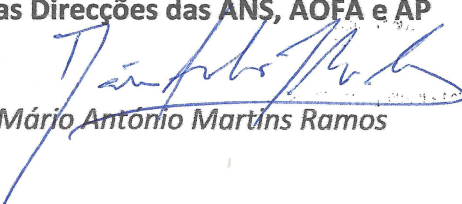
As Associações Profissionais de Militares (APM), tendo sido solicitadas por órgãos de comunicação social para se pronunciarem sobre uma anunciada “Carcaçada” que, de acordo com panfletos surgidos, terá lugar à hora do almoço, fora das messes/refeitórios das unidades, no dia 23 de Novembro, entendem referir o seguinte:

1. As APM não podem deixar de manifestar a sua compreensão para com esta iniciativa que tem como elemento central a justa exigência de que os anos de serviço congelados contem para a recomposição das posições remuneratórias. Razões para sentimentos de enorme desconsideração não faltam e não queremos acreditar que eles venham a ser reforçados.
2. A verdade é que ninguém da área da governação afirmou objectivamente, até ao momento, que o tempo de serviço congelado também contará para os Militares, para a contagem de “escalões” – posições remuneratórias – e que, assim como está a realizar-se muito justamente com os Professores, também para os Militares o tempo, o calendário e o modo de recuperação das posições remuneratórias já vencidas serão objecto de recomposição da carreira, de modo a recuperar o tempo perdido.
3. É público o compromisso que foi assumido com os Professores que, acordaram vir a negociar a recuperação das posições remuneratórias (escalões) no âmbito da ponderação da carreira própria dos docentes, envolvendo o tempo, o calendário e o modo de recuperação daquelas posições remuneratórias já vencidas, visando a recomposição da carreira de modo a recuperar o tempo perdido, sem ultrapassagens indevidas.
4. As APM têm conhecimento, que na próxima Sexta-feira terá lugar uma reunião entre o Ministro da Administração Interna e estruturas sindicais da PSP.
5. As APM exigem, no quadro da sua lei própria, a participação num processo de negociação, tendo em vista a resolução desta questão.
6. As APM exortam a que sejam tomadas decisões que, de forma clara, inequívoca, sem ambiguidades e sem possibilidade de interpretações úteis, dúbias e paralisantes, também para os Militares as condições acima identificadas sejam observadas.

Só deste modo não se aprofundará mais a descrença, a incredulidade e a convicção de sofrimento de uma injustiça perante todo o processo em curso, onde apareceu como pensada a exclusão dos Militares de soluções que visem repor a justiça e dignificar as suas carreiras.

As APM apelam ainda às suas massas associativas para que se mantenham disponíveis e determinadas para responder às iniciativas que eventualmente tenham que vir a ser tomadas na defesa das posições que defendemos, da justiça e da dignificação da Condição Militar.

Pelas Direcções das ANS, AOFA e AP

  
Mário António Martins Ramos

ANS – Associação Nacional de Sargentos – R. Barão de Sabrosa, 57 – 2º – 1900-088 Lisboa

Tel: 218 15 4 966 • 938850481 • Fax: 218 154 958 • E-mail: [contacto@ans.pt](mailto:contacto@ans.pt)

AOFA – Associação de Oficiais das Forças Armadas – Avenida Bulhão Pato, nº 7 – 1º andar

Tel: 214 417 744 • 912500813 • Fax 214 406 802 • E-Mail: [aofa@sapo.pt](mailto:aofa@sapo.pt)

AP – Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lote 12 – Loja B – 1750-403 Lisboa

Tel: 217 552 939 • Fax: 214 056 487 • E-Mail: [geral@apracas.pt](mailto:geral@apracas.pt)